

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

O VALOR DO PATRIMÔNIO VERNACULAR LOCAL E A BUSCA POR SUA IMPROVÁVEL, MAS NECESSÁRIA PROTEÇÃO

EL VALOR DEL PATRIMONIO VERNÁCULO LOCAL Y LA BUSCA POR SU PROTECCIÓN IMPROBABLE, PERO NECESARIA

THE VALUE OF THE LOCAL VERNACULAR HERITAGE AND THE SEARCH FOR ITS IMPROVABLE BUT NECESSARY PROTECTION

Eixo temático: 2. Instituições e sociedade: global, nacional e local

Ruth Maria da Costa Ataíde

Professora Doutora do Departamento de Arquitetura e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DARQ/PPGAU/UFRN); email: rataide_58@hotmail.com

Máisa Fernandes Dutra Veloso

Professora Doutora do Departamento de Arquitetura e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DARQ/PPGAU/UFRN); email: maisaveloso@gmail.com

Amíria Brasil

Professora Doutora do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DARQ/UFRN); email: amiriabrasil@gmail.com

Francisco Bezerra Júnior

Professor MsC. do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DARQ/UFRN); email: arqchicojunior@gmail.com

Resumo:

O patrimônio vernacular, enquanto memória da história da cidade e de sua arquitetura, não tem sido reconhecido, no Rio Grande do Norte (RN) e em Natal/Brasil, o que é reflexo de uma conjuntura regional e nacional. Entende-se esse patrimônio como os conjuntos edificados populares, expressão da arquitetura não erudita, operária e de segmentos sociais cujas construções são em geral consideradas comuns. A valorização da arquitetura vernacular inicia-se a partir de revisões teórico-conceituais de fins do século XX, que ampliaram a discussão sobre o patrimônio edificado. No intuito de contribuir para o preenchimento da lacuna deixada na identificação e proteção desse patrimônio vernacular em Natal e no Rio Grande do Norte, a disciplina Projeto Integrado V – que inclui Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo – da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) se propõe a reconhecer e trabalhar com essa temática. Para tanto, nos

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

últimos anos, bairros de Natal localizados fora do centro histórico reconhecido, foram escolhidos para serem estudados, ou mesmo outras cidades do estado que apresentam, além do patrimônio erudito, uma expressão relevante da arquitetura vernácula de diferentes períodos. A disciplina identifica, cataloga e faz propostas de reuso e de proteção do patrimônio edificado considerado significativo, bem como do espaço onde está inserido e da paisagem que o compõe. O artigo se propõe, portanto, a analisar a experiência daquela disciplina e contribuir para a construção conceitual de patrimônio vernacular local. Para isso, aborda as últimas três experiências – Petrópolis/Tirol, Alecrim e Ceará-Mirim – e discute os resultados apresentados pelas equipes discentes. Além de uma breve revisão conceitual sobre os temas centrais aqui enfocados, o material utilizado para o artigo foi essencialmente o produzido na disciplina (inventários, planos de proteção e propostas projetuais).

Palavras-chave: Patrimônio Vernacular; Preservação; Valores locais; Projeto de Arquitetura e Urbanismo; Paisagismo.

Resumen:

El patrimonio vernáculo, como memoria de la historia de la ciudad y de su arquitectura, no ha sido reconocido, en el Rio Grande do Norte (RN) o mismo en Natal/Brazil, lo que refleja el contexto regional y nacional. Se entiende dicho patrimonio como los conjuntos construidos, expresión de la arquitectura clásica, de origen popular y de segmentos sociales, cuyos edificios se consideran generalmente comunes. La valoración de la arquitectura vernácula empezó con revisiones teóricas y conceptuales a finales del siglo XX, que resultó en la ampliación de la discusión sobre el patrimonio construido. Con el fin de contribuir a llenar el vacío existente respecto a la identificación y protección de ese patrimonio vernáculo en Natal y Río Grande do Norte, la asignatura de Proyecto Integrado V – incluyendo arquitectura, diseño urbano y Jardinería, de la Universidad Federal del RN (UFRN), se propone a reconocer y trabajar con este tema. Para ello, en los últimos años, barrios de Natal ubicados fuera del centro histórico reconocido, fueron elegidos para estudios, así como otras ciudades de la provincia que presentan, además de la herencia clásica, una expresión importante de la arquitectura vernácula de distintas épocas. La asignatura identifica, clasifica y hace propuestas de reutilización y protección de edificios patrimoniales considerados significativos, así como el espacio en que se inserta y el paisaje que lo conforma. Por lo tanto, el artículo se propone analizar la experiencia de dicha asignatura y contribuir a la construcción conceptual del patrimonio vernáculo local. Para ello, discute las tres últimas experiencias - *Petrópolis /Tirol, Alecrim y Ceará-Mirim* y analiza los resultados presentados por los estudiantes. Además de una breve revisión conceptual sobre los temas centrales que orientaron la discusión, el material utilizado en el artículo fue esencialmente lo que se produjo en la asignatura (inventarios, planes de protección y proyectos).

Palabras clave: Patrimonio Vernáculo; Conservación; Diseño de la arquitectura y el urbanismo; Jardinería.

Abstract:

Vernacular heritage, as a memory of the city's history and its architecture, has not been recognized, in Rio Grande do Norte (RN) and in Natal/Brazil, which is a reflection of the regional and national context. This patrimony is understood as the popular edified ensembles, an expression of non-erudite, working-class and social segments architecture whose constructions are generally considered common. The appreciation of vernacular architecture begins with theoretical-conceptual revisions of the late twentieth century, which broadened the discussion of the built heritage. In order to contribute to fill the gap left in the identification and protection of this vernacular heritage in Natal and Rio Grande do Norte, the Integrated Design Studio V – which includes Architecture, Urbanism and Landscape – of the Federal University of RN (UFRN) proposes to recognize and work with this theme. To this end, in the last years, Natal districts, located outside the recognized historical center, have been chosen to be studied or even other cities of the state that present, in addition to the erudite patrimony, a relevant expression of the vernacular architecture of different periods. The discipline identifies, catalogs and makes proposals for reuse and protection of this architectural heritage considered significant, as well as the space where it is inserted and the landscape that compose it. The

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

article proposes, therefore, to analyze the experience of that studio and contribute to the conceptual construction of local vernacular heritage. To do this, it addresses the last three experiences - Petrópolis / Tirol, Alecrim and Ceará-Mirim - and discusses the results presented by the student teams. In addition to a brief conceptual review on the central themes, the material used to the article was essentially the produced in the discipline (inventories, protection plans and design proposals).

Keywords: Vernacular Heritage; Preservation; Local values; Architecture and Urbanism Design; Landscaping.

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

O VALOR DO PATRIMÔNIO VERNACULAR LOCAL E A BUSCA POR SUA IMPROVÁVEL, MAS NECESSÁRIA PROTEÇÃO

INTRODUÇÃO

A valorização do patrimônio vernacular, aqui considerado relevante para o entendimento da história da cidade e de sua arquitetura, não tem sido em geral prática da gestão pública, principalmente no estado do Rio Grande do Norte e no município de Natal, tampouco dos órgãos que lidam com essa temática localmente. Entretanto, parte importante das cidades é constituída de conjuntos edificados populares, alguns antigos exemplares de determinados tipos de arquitetura, outros mais modestos, mas com história de resistência na luta pela permanência em áreas de valorização imobiliária. Reconhecendo o valor desses conjuntos edificados, o Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CAU/UFRN) tem feito um esforço de identificação e catalogação desse patrimônio em âmbito estadual e municipal, mas inserido num contexto nacional, com relevância regional. Nesse sentido, o artigo busca discutir os resultados das atividades acadêmicas realizadas nesse curso, especificamente na disciplina de Projeto Integrado V, que tem como ementa “a análise e aplicação dos estudos teórico-conceituais, instrumentos legais e de gestão para intervenção em sítios e edifícios históricos de valor patrimonial”. A disciplina integra os conteúdos de Planejamento e Projeto Urbano e Regional, Projeto de Arquitetura e Projeto Paisagístico, a partir de uma intervenção integrada nas diferentes escalas dos três campos de atuação projetual e as disciplinas complementares que lhes dão apoio.

A discussão articula as atividades de ensino, pesquisa e extensão, dirigidas à identificação, mapeamento e proposição de estratégias de proteção de edificações e sítios históricos de valor patrimonial que ainda não são reconhecidas como tais pelos órgãos de gestão do patrimônio, com destaque para a arquitetura vernacular. Nesta perspectiva metodológica, os estudos e respectivas propostas de intervenção compreendem revisão bibliográfica acerca do patrimônio nas suas diferentes dimensões, e levantamentos de campo, que incluem preenchimento de fichas de inventário do tecido edificado, previamente elaboradas e análises espaciais, envolvendo, três escalas de intervenção: a territorial (os municípios), a urbana (bairros e núcleos históricos) e a dos edifícios de valor patrimonial. Tais análises se convertem em propostas de intervenção nas três escalas e inclui um Plano de Proteção para o conjunto inventariado e possíveis reusos para os edifícios. O artigo aborda três estudos representativos, sendo dois em Natal (bairros Petrópolis/Tirol e Alecrim) e outro no município de Ceará-Mirim, focalizando-se, em ambos os estudos, o patrimônio edificado (Imagens 1 e 2) e a discussão ora apresentada. Além dessa Introdução, o artigo está estruturado em 03 partes, quais sejam: 1) Apontamentos conceituais sobre a noção de arquitetura vernacular e o seu reconhecimento como patrimônio cultural. 2) A estrutura metodológica da disciplina no contexto do CAU/UFRN; 3) A discussão dos casos destacados para análise os respectivos resultados, às quais se seguem as notas conclusivas.

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

A AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO E A INSERÇÃO DA ARQUITETURA VERNACULAR

As mudanças culturais ocorridas a partir da década de 1960 levaram à revisão e ampliação do conceito de patrimônio e, por conseguinte, dos objetos passíveis de ações visando sua conservação e restauro. Como assinala Pereira (2011, p.101), “o debate deslocou-se do eixo estético-histórico para o antropológico-cultural, resultando em novas propostas teóricas”. Dentre essas propostas, o autor destaca a evolução do conceito de “Patrimônio Histórico e Artístico” para “Patrimônio Cultural”, o desenvolvimento de procedimentos e métodos científicos ancorados na Antropologia, o que permitiu o rompimento das fronteiras tradicionais das esferas especializadas neste campo e a popularização, para um espectro mais amplo de profissionais, de conceitos como “significância, linguagens, diversidade, memória coletiva e identidades”. Além disso, “reações contra a massificação e a padronização cultural resultantes do processo de globalização levaram à (re)valorização da cultura e do patrimônio regionais” (PEREIRA, 2011, p.102). A preservação do patrimônio transcende as dimensões técnicas e histórico-estilísticas apoiadas em “verdades” rígidas para abarcar as dinâmicas incertas das questões sociais e políticas e valores subjetivos de natureza simbólica, afetiva ou espiritual. Assim sendo, os bens imateriais, intangíveis, também passam a ser reconhecidos como patrimônio. E os valores locais voltam a ser aclamados de forma a fazer face à globalização.

Andrade Júnior (2011) também destaca essa evolução a partir dos anos 1960, sobretudo no contexto europeu, no qual o “universo patrimonial (...) passou a incluir a arquitetura eclética do século XIX, a arquitetura moderna, a arquitetura vernacular, o patrimônio industrial, bairros-jardins e vilas operárias, dentre outros exemplares” (ANDRADE JÚNIOR, 2011, p. 145, grifo nosso). O autor assinala que, no Brasil, entretanto, essa evolução não se dá da mesma forma, assumindo diferentes características regionais, dadas as grandes dimensões territoriais e a diversidade cultural que lhe são inerentes. As arquiteturas colonial e moderna, símbolos da identidade nacional, foram inicialmente o foco das ações preservacionistas em nível federal, notadamente através do IPHAN. Apenas mais recentemente foram reconhecidos os valores do ecletismo, da arquitetura industrial, ferroviária, e déco/protomoderna. Nos anos 2000, foram tombados pelo IPHAN, por exemplo, cinco terreiros de candomblé, sendo quatro na Bahia, já incorporando preceitos da Constituição Federal de 1988. O artigo 216 define que o patrimônio cultural brasileiro é constituído de bens “(...) portadores de referência à identidade, à ação, à memória, dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (IPHAN, 2006, apud ANDRADE JÚNIOR, 2011, p.159).

É nesse contexto de revisões teóricas e conceituais, em que se reconhece qualquer artefato produzido pelo ser humano como passível de ser considerado patrimônio e, portanto, de ações de conservação, desde que lhe sejam atribuídos valores, não só históricos e artísticos, mas também sociais, econômicos, simbólicos ou afetivos, que se insere a discussão sobre a valorização da arquitetura vernacular.

Arquitetura vernacular é aqui entendida como expressão da arquitetura não erudita, popular, operária, de segmentos sociais cujas construções não são em geral reconhecidas como bens a preservar, por serem consideradas “vulgares”, no sentido do latim *vernae*, “termo utilizado para identificar a linguagem vulgar no Império Romano”, sobretudo pela sua repetição (TEIXEIRA, 2017). E é justamente essa repetição que, em muitos casos, constitui sua força de expressão na paisagem urbana ou rural. Em alguns casos, essas construções populares procuram reinterpretar

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

elementos da arquitetura erudita, adaptando-os às restrições econômicas, construtivas e à escala dos edifícios, segundo a leitura própria dos indivíduos ou grupos sociais envolvidos. Deve-se distinguir essa adaptação livre e muitas vezes criativa de elementos eruditos em edifícios vernaculares do que se chama vulgarmente como *kitsch* ou *kitsch passivo*¹, detentor de uma conotação pejorativa, associada ao mau gosto.

Como veremos na discussão sobre os estudos realizados nas disciplinas, os valores atribuídos a esses conjuntos edificados nos inventários produzidos nas experiências aqui apresentadas são baseados não só em sua antiguidade e resiliência no tecido urbano ou rural, mas sobretudo por sua expressividade como testemunho de determinados modos de construção e de vida.

Toda arquitetura vernacular é intrinsecamente tradicional, isto é, a forma arquitetônica de um determinado povo surge e se desenvolve como resultado de um longo contínuo no tempo, às vezes durante séculos de história humana, sempre a partir de formas familiares, consagradas por gerações anteriores (TEIXIERA, 2017, s.p.).

Essa seria, ainda segundo o autor, a principal característica da arquitetura vernacular. Outras seriam: a ausência de um estilo formalmente definido, a prevalência das necessidades funcionais de seus usuários e a adaptação e respeito às condições locais, sejam elas físico-geográficas (clima, relevo, vegetação) ou construtivas (materiais e técnicas). Assim, preservar essas construções é também preservar parte da história da cidade e do território. Nesse sentido, a formação profissional do arquiteto e urbanista deve contemplar essas reflexões na discussão teórico-conceitual sobre métodos de intervenção no patrimônio.

A DISCIPLINA PROJETO INTEGRADO V E SUA PROPOSTA METODOLÓGICA

A disciplina Projeto Integrado V integra a atual estrutura do CAU/UFRN² e, entre os seus objetivos, propõe-se a “desenvolver o conhecimento acerca do Patrimônio arquitetônico, urbano e ambiental, evidenciando as estratégias e diretrizes de intervenção em áreas de valor patrimonial” (CAU/UFRN, 2005), adequando, de forma correspondente à escala, desenhos, equipamentos e requisitos de manutenção. Nesse sentido, no processo de construção de propostas integradas de intervenção urbanística, paisagística e arquitetônica para os recortes espaciais (sítios e edifícios históricos) selecionados a cada semestre realiza, entre outros estudos, um inventário do tecido urbano, edificado ou não, com vistas a identificar e classificar os objetos de valor patrimonial que fundamentem propostas alternativas para a sua proteção, materializadas no que quase sempre denominamos “Plano de Proteção do Patrimônio”³.

1 Conforme Guimaraens e Cavalcanti (1979) e Oliveira e Monios (2016).

2 Antes da implementação do Projeto Integrado, os estudos de planejamento e projeto do semestre ocorriam no âmbito de 03 componentes curriculares distintos, Projeto de Arquitetura 5, Planejamento Urbano 5 e Planejamento e Projeto da Paisagem 3, mas sempre com atuação pautada na integração.

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

Deve-se ressaltar que tal direcionamento na formação dos alunos de Arquitetura e Urbanismo na UFRN vem sendo enfatizado desde 1999, no âmbito do sétimo período do seu quarto projeto pedagógico (A4) que incluiu, em sua estrutura curricular o tema do "patrimônio" como um dos enfoques obrigatórios, e o eixo das atividades de integração do sétimo semestre⁴. Desde então, o debate sobre a proteção de bens de valor patrimonial e o próprio conceito de patrimônio tem sido fortalecido e ampliado como objeto de interesse científicos dos alunos e professores no âmbito da graduação e da pós-graduação.

Tratando do objeto do presente artigo, que está centrado no ensino/aprendizagem de graduação, e na valorização do patrimônio local, ao longo desses quase 20 anos, foram feitos registros e propostas para alguns municípios do estado e bairros de Natal, especialmente os inseridos no seu sítio histórico institucionalmente reconhecido ou entorno deste. Entre os outros municípios do RN, destacam-se alguns da Região Metropolitana de Natal (RMNatal) como Macaíba, Ceará Mirim, Nísia Floresta, São Jose de Mipibu, Arez⁵ (Figura 1). No caso de Natal, os inventários foram feitos nos bairros da Cidade Alta e Ribeira (sítio histórico), assim como outros do seu entorno imediato, como Rocas, Alecrim, Tirol e Petrópolis, cujos registros de ocupação remetem a tempos históricos que abrigam ou abrigaram bens de relevância histórico-cultural e de valor patrimonial (Figura 2). Em ambos os casos, alguns bairros ou municípios foram estudados mais de uma vez, com objetivo de avaliar as variações no estado de conservação do patrimônio nos períodos analisados.

³Além das propostas urbanísticas e paisagísticas e deste Plano, de forma correspondente às especificidades dos estudos realizados, a disciplina também conduz os alunos a fazerem outros exercícios acadêmicos que contemplam reflexões sobre a inserção de novos usos e formas de ocupação do solo, assim como a inclusão de novas arquiteturas e/ou tecnologias construtivas e a aplicação de instrumentos de preservação e/ou de requalificação de sítios e edificações deterioradas ou em vias de deterioração.

⁴ Aprovado no final de 2006, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN em vigor é o A5, e teve início no semestre letivo 2007.1. A principal mudança curricular ocorreu, porém, através da adoção do princípio de "integração" de conteúdos e produtos acadêmicos, que norteava todas as atividades, o qual também definiu o período como unidade mínima de integração. (fonte: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?lc=pt_BR&id=2000005).

⁵ Outros municípios fora do eixo metropolitano, como Canguaretama e Assú, também foram objeto de estudo.

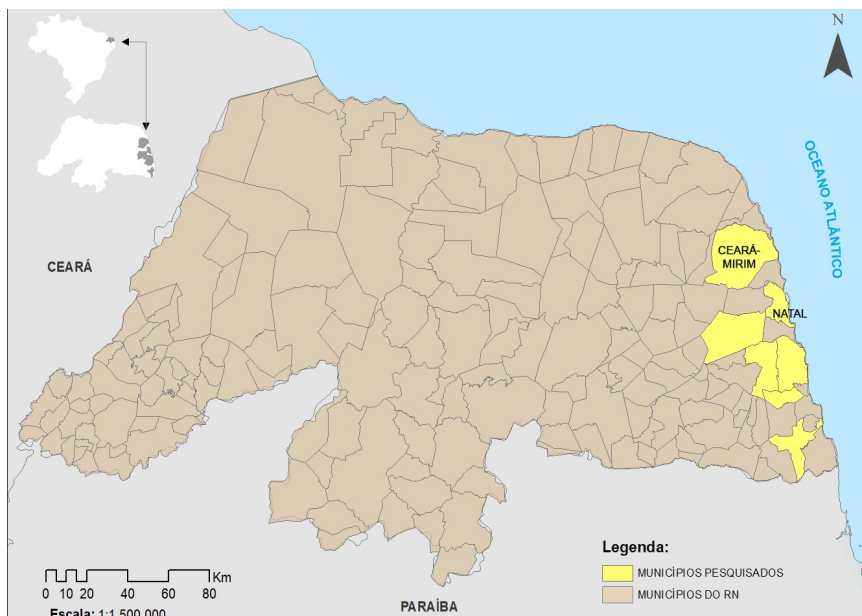


Figura 1. Municípios estudados na disciplina Projeto Integrado V
 Fonte: Produzido pelas autoras e autor a partir de base do Idema (2006), 2017.

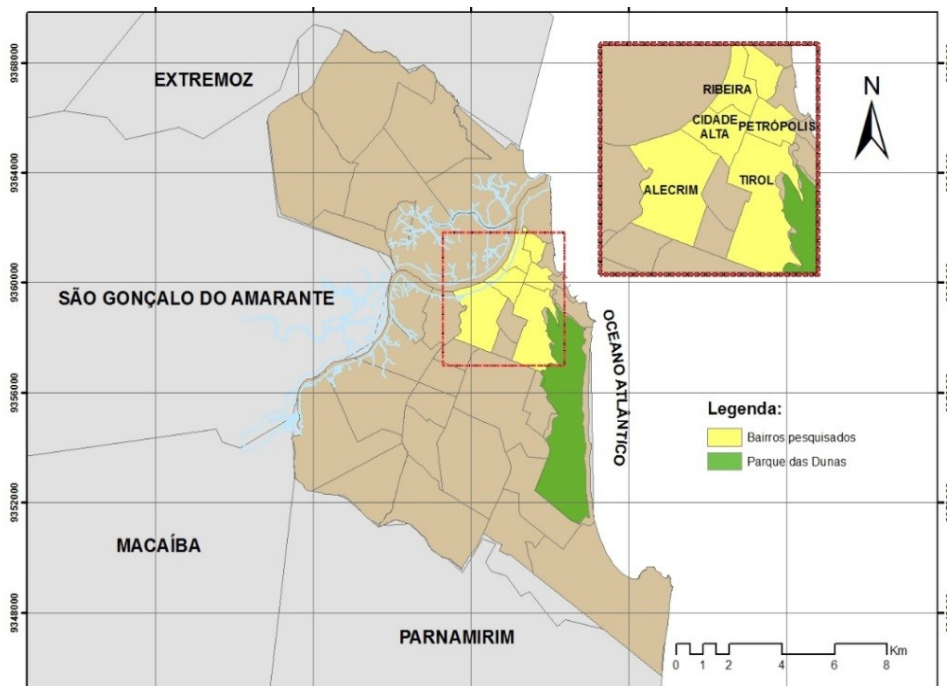


Figura 2 – Bairros de Natal estudados na disciplina Projeto Integrado V
 Fonte: Produzido pelas autoras e autor a partir de base da SEMURB, 2017.

Desde a perspectiva metodológica e como exercício acadêmico, a disciplina se propõe a despertar o interesse dos alunos pela história do lugar a partir do resgate e reconhecimento dos seus bens materiais (arquitetônicos e urbanísticos), assim como, onde houver, os bens imateriais.

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

Os estudos partem de uma revisão bibliográfica da literatura acerca do patrimônio nas suas diferentes dimensões, e levantamentos de campo, que incluem preenchimento de fichas de inventário do tecido edificado previamente elaboradas e análises espaciais, socioeconômicas e normativas em três escalas: i) a territorial, em espaços urbanos e rurais de alguns municípios do RN, cujas características dos seus processos de formação também demandam esse reconhecimento; ii) a urbana, no centro histórico dos municípios e/ou em bairros de Natal que, apesar do contexto histórico de formação similar àqueles do seu sítio histórico institucionalmente delimitado, não são classificados como de valor patrimonial e por isso também estão fora do seu respectivo perímetro de tombamento; e iii) a do edifício de valor patrimonial escolhido para levantamento completo e intervenção projetual (por meio de restauro, reuso e, quando pertinente, de inserção de nova arquitetura), edifício localizado em uma ou em ambas escalas referidas (urbana e territorial).

Os inventários do patrimônio edificado são feitos a partir de mapeamento, levantamentos fotográficos e registro das edificações reconhecidas pelas equipes de pesquisa (alunos e professores) como possuidoras de elementos estilísticos e/ou construtivos que lhe imprimem certo valor patrimonial, observando o conceito construído coletivamente, a partir dos textos de referências e discussões em sala de aula (CHOAY, 2000; DE GRACIA, 1992; dentre outros), assim como das observações feitas em campo. É nesse exercício de conceituação que, além da arquitetura institucional, de grande e médio porte, também são inseridos e classificados no inventário, os conjuntos vernaculares, a sua maioria caracterizado por edifícios residenciais unifamiliares de médio e pequeno porte. A ficha utilizada para o registro dos imóveis, que tem sido aperfeiçoada ao longo dos anos, sintetiza informações sobre suas características físicas e locais tais como: dados de identificação e localização do edifício, diversas informações sobre suas características físicas e locais sobre os usos atuais e anteriores, conformação geométrica, filiação e detalhes das características estilísticas das fachadas, estado atual de conservação e de preservação do imóvel, inserção no lote e relação com o espaço público e o conjunto edificado onde está inserido, assim como uma foto representativa da fachada principal.

Uma vez concluído o levantamento, são realizadas a tabulação e a análise dos dados indicativos do patrimônio edificado da área de estudo, classificando e verificando a incidência de uma ou, de forma associada, mais de uma de suas características. Para fins indicativos da elaboração de um possível Plano de Proteção com delimitação territorial, que se efetiva na atividade final do semestre, procede-se a uma classificação dos tipos edilícios, conforme método classificatório proposto por Phillippe Panerai (2006), a qual é orientada pela priorização pelas características relativas à filiação estilística e os respectivos estados de conservação e preservação das edificações inventariadas, associando-os aos usos atuais e possibilidades futuras dos conjuntos e entornos imediatos. Essa tipificação local, que reflete as especificidades de cada fração territorial estudada, é comparada a referências mais amplas existentes na literatura quanto a tipos de arquiteturas industrial, operária, ou de engenhos de açúcar, por exemplo. Os dados obtidos são inseridos em mapas e confrontados com outros planos de proteção do patrimônio das respectivas cidades (quando existentes), conforme pode ser constatado na discussão apresentada no item seguinte.

DISCUSSÃO: APONTAMENTOS PARA NOVAS DELIMITAÇÕES EM ÁREAS DE VALOR PATRIMONIAL

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

Nesse contexto, para ilustrar essa experiência didática foram selecionados três estudos mais recentes, sendo dois em bairros de Natal (Petrópolis/Tirol e Alecrim) e outro no centro histórico e áreas rurais do município de Ceará-Mirim, focalizando-se o tecido edificado, em ambos os estudos.

A seleção dos casos discutidos neste artigo partiu de algumas constatações: 1) estão inseridos em espaços territoriais cujos processos de ocupação remetem para a existência de conjuntos edificados do tipo colonial, eclético, protomoderno e moderno, todos reconhecidos como valor patrimonial nas ações institucionais e ou encontros e reflexões acadêmico-científicas sobre o tema⁶ que têm realçado a necessidade de proteção da memória do lugar. 2) todos abrigam relevantes conjuntos edificados entendido como de valor patrimonial, apesar de ainda não serem reconhecidos como tais, demandando, por isso, alguma ação específica nessa direção; 3) possuem especificidades que se expressam nos seus processos socioculturais, nas dinâmicas de ocupação territorial, nas diferenças de escalas e dos conteúdos dos conjuntos inventariados, envolvendo a arquitetura vernacular.

NATAL: CONTORNOS DA PROTEÇÃO INSTITUCIONALIZADA DO PATRIMÔNIO URBANO E ARQUITETÔNICO

A discussão sobre a proteção do centro histórico de Natal teve início na década de 1990, quando foram instituídas as primeiras normativas de controle do uso e da ocupação do solo para esses espaços, a partir das indicações do Plano Diretor de Organização Físico-territorial do município de Natal (1984)⁷. Nesse contexto foram instituídas a Zona Especial de Preservação Histórica [ZEPH] e a Zona Especial Portuária [ZEP], definidas pelas Leis 3.942 /1990 e 4.069 /1992, respectivamente, envolvendo frações dos bairros da Cidade Alta, Ribeira e Rocas. Nessa delimitação, pelo menos dois aspectos merecem destaque: 1) a sintonia do município de Natal com os debates internacionais e nacionais com relação à salvaguarda e preservação dos conjuntos urbanos, incorporando a ampliação da noção de patrimônio histórico, antes limitada a algumas estruturas edificadas isoladas⁸. 2) O reconhecimento do valor patrimonial do núcleo original da cidade de Natal. Tais iniciativas representam importantes avanços na política de proteção do patrimônio histórico do município, as quais fundamentaram outras ações que se

6 Discussões estabelecidas no âmbito do Iphan, Docomomo, Urbicentro. Arquimemória, dentre outros.

7 Este Plano foi instituído pela Lei 3.175/ 1984, a qual também incorporou a primeira lei de uso e ocupação do solo com abrangência para todo o território municipal. Nas suas determinações incluiu indicações para o estabelecimento de regras urbanísticas aplicadas à proteção dos espaços de interesse patrimonial, sejam estes edificados ou naturais.

8 Exemplos dessas ações são as edificações tombadas pelo governo federal (Fortaleza dos Reis Magos) e Governo estadual (Teatro Alberto Maranhão).

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

consolidaram a partir da segunda metade da década de 1990, especialmente para o bairro da Ribeira.

Apesar das diferentes delimitações das normativas incidentes sobre o centro histórico de Natal, apenas dois bairros se mantêm como núcleos aglutinadores das atividades que ali se realizam: os bairros Cidade Alta e Ribeira, sendo o primeiro identificado como o mais antigo, núcleo original de fundação da cidade, cujos primeiros indícios de ocupação remontam ao final do século XVI (1599), e o segundo com vestígios de ocupação a partir do século XVIII. Os dois bairros apresentam um tecido urbano que mescla as características do traçado colonial dos primeiros séculos de ocupação com as oriundas do movimento moderno do final do século XIX. Em ambos, especialmente na Ribeira, cuja expansão territorial e desenvolvimento econômico tiveram impulso e apogeu entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX⁹, observa-se a presença de um ambiente construído que abriga edificações que se mesclam em seus estilos arquitetônicos e desenham um cenário com feições ecléticas, protomodernas e modernas¹⁰.

Em 2010, esses bairros foram objeto de ação de tombamento pelo IPHAN, denominada “Tombamento do Centro Histórico de Natal”, cujas poligonais de tombamento e entorno envolveram parcelas dos bairros da Cidade Alta, Ribeira e Rocas, inseridas nos perímetros das ZEPH e ZEP e uma pequena fração do bairro das Rocas (Figura 3). O tombamento em âmbito federal fundamenta-se no princípio de que a proteção do conjunto edificado desses bairros cumpre a função de disciplinar os usos de forma compatível com a importância histórico-cultural do lugar, tendo como motivações os seus valores arquitetônicos urbanísticos e paisagísticos, além de evidenciar o turismo cultural como fator de desenvolvimento social e econômico. Ainda assim, a Poligonal de tombamento envolveu de forma seletiva as diferentes frações dos bairros selecionados, sendo: na Cidade Alta (fração do traçado colonial, principalmente o eixo monumental com predominância de edificações institucionais e religiosas do mesmo período); na Ribeira (fração com maior concentração de edificações protegidas sob restrição da ZEPH e ZEP às margens do Rio Potengi. Parte do bairro das Rocas e outras frações da Ribeira e Cidade Alta foram inseridas na Poligonal de entorno, não havendo, ainda outras determinações normativas aplicadas a sua proteção, salvo para as edificações submetidas aos regramentos urbanísticos municipais referidos.

⁹ Período em que o bairro era identificado como centro econômico e social de Natal.

¹⁰ Ver a respeito o texto de Vieira, Natalia et al. 2012.

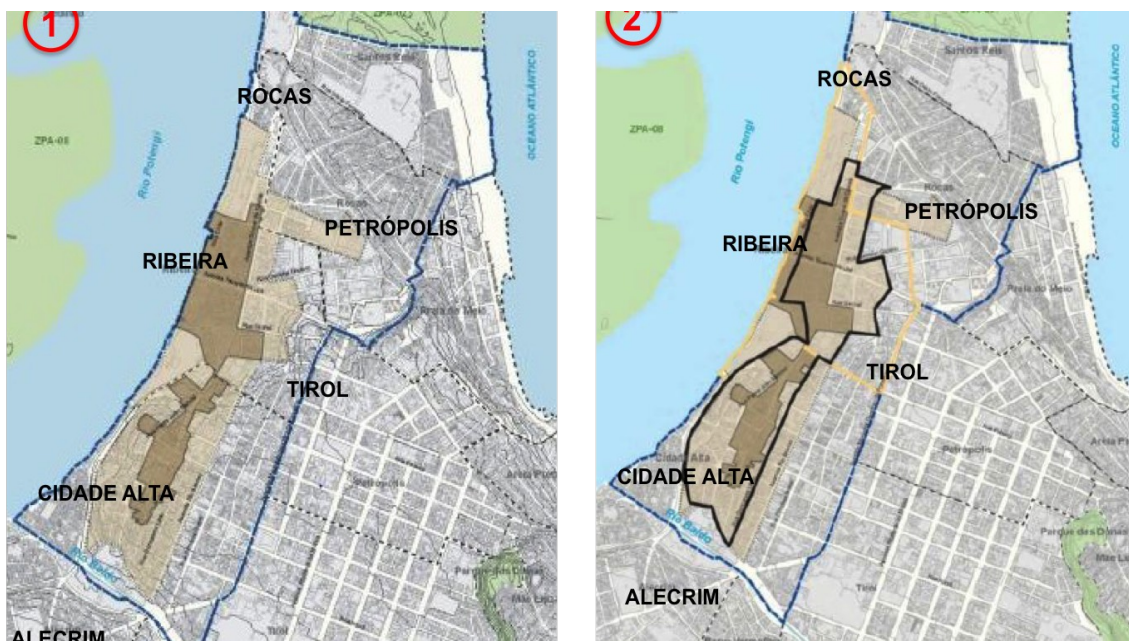


Figura 3. Poligonal de tombamento e entorno (1); Sobreposição Poligonal com ZEPH, linha Preta (2).
Fonte: ATAÍDE, et al (2013) a partir de dados da Semurb/ Ibam, 2010. 2017.

Entretanto, outros bairros, como Alecrim, Petrópolis e Tirol, outra parte das Rocas, Santos Reis, que se formaram a partir dos limites do centro histórico institucionalmente reconhecido, também reúnem características de valor patrimonial que nem sempre têm sido reconhecidas nas iniciativas de proteção desenvolvidas a partir das últimas décadas do século XX. Neste artigo destacamos para discussão os exercícios realizados no Alecrim, Tirol e Petrópolis, estes últimos envolvendo o antigo bairro da Cidade Nova que lhes deu origem.

Alecrim: Antes um lugar de passagem, hoje de comércio e cultura popular

O bairro do Alecrim tem formação que remonta a meados do século XIX, cujo processo de ocupação foi decorrente, sobretudo, da sua localização estratégica, entre os bairros da Cidade Alta e Ribeira (atual centro histórico) e a rota de ligação da capital com os outros municípios do RN, fato que o converteu em lugar de passagem e pouso de viajantes e comerciantes durante a primeira metade do século XX. Tais movimentos contribuíram para imprimir uma característica no bairro, dada pela consolidação do comércio popular, hoje presença marcante no bairro, nas suas duas expressões socioeconômicas: a formal e regular – representada pelas lojas que ocupam e modificam parte das edificações históricas, a feira livre semanal (sextas e sábados) que movimentam a economia do bairro desde a década de 1920 e que hoje está instalada em uma das suas ruas mais movimentadas, além do edifício do camelódromo, que abriga grande parte do comércio informal de forma regularizada –; a informal, regular – representada por outras atividades comerciais e de serviços fixas e provisórias (quiosques, de diferentes padrões) que, embora autorizadas e portanto também regularizadas, se confundem com a irregular – representada pelos ambulantes, que se apropriam dos espaços públicos e ocupam principalmente as calçadas de forma intensa e espontânea.

Ressalte-se que o incremento dessa atividade comercial também vem se contrapondo à perda de população do bairro nas duas últimas décadas, que deixou de ser o mais populoso dos anos 1980 para a nona posição em 2016¹¹ (Figura Alecrim 1). Ainda assim, o Alecrim mantém grande concentração de residências que marcam sua paisagem, distribuídas, principalmente, na fração de traçado orgânico, gênese do bairro, configurando um tecido edificações protomodernas e modernas e vestígios de edificações ecléticas, que expressam no estado de conservação e de preservação a necessidade do seu reconhecimento como bem de valor patrimonial. Parte desse tecido também está distribuída na fração do traçado Xadrez, desenhada e consolidada partir da década de 1940 com a participação de Natal na segunda guerra mundial (Figura 4)¹².



Figura 4 – Localização Alecrim na cidade de Natal

Fonte: Produzido pelas autoras e autor a partir de base da SEMURB, 2017. Fotos: Google Earth. 2017.

As atividades no Alecrim foram realizadas em três etapas no segundo semestre de 2016¹³: A primeira incluiu levantamento de campo e a leitura do bairro a partir de dados primários e secundários; a segunda, a discussão das primeiras ideias de intervenção por meio de um workshop; e a terceira, o desenvolvimento das propostas que incluiu a realização de um Plano de Proteção do Patrimônio, objeto da presente discussão. No processo de levantamento e sistematização de dados empíricos, foram realizadas três visitas de campo com todo o grupo e atividades de atelier em sala de aula, tendo como resultado um relatório síntese que incluiu, entre outras discussões, as relativas às características do tecido urbano, com destaque para os espaços públicos e privados, livres e edificados, e neste último, a partir da aplicação da ficha de

¹¹ Ver dados do Anuário estatístico de Natal de 2016 (Semurb, 2016).

¹² Atualmente há a previsão de um grande shopping popular para a área, que ocupará alguns lotes vazios contínuos, em meio às edificações históricas de valor patrimonial.

¹³ Está em andamento um estudo comparativo sobre o grau de desaparecimento dessas edificações, a partir de outros levantamentos realizados no mesmo bairro em outros momentos.

inventário, sobre as edificações de valor patrimonial, com destaque para as vernaculares, dominantes no bairro.

A realização do inventário e, portanto, a classificação e análise do tecido edificado entendido como de valor patrimonial ficou sob a responsabilidade de uma equipe, enquanto as outras equipes (04) analisaram as demais dimensões urbanas previstas na programação da disciplina. No levantamento foram catalogadas 80 edificações, em fichas individuais (Figura 5), as quais foram posteriormente sistematizadas, resultando na produção de gráficos, mapas e textos analíticos, relacionando as características do tecido edificado com as demais dimensões estudadas, especialmente o traçado e o parcelamento, e também com as referências com a evolução do crescimento do bairro.


| INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO | | FICHA N.º: |
|---|---|--|
| Disciplina: Projeto Integrado 5 | | 02 |
| Município: Natal Bairro/Fração: Alcrista | | |
| Prof: Meira, Rati, Francisco Jr., Bianca, Izabela | | |
| 1. Dados sobre o imóvel | | |
| 1.1. Data da construção (aproximada): | 1940 | |
| 2. Localização: | | |
| 2.1. Logradouro/ N.º: | Rua Olimo Meira, 1020 | |
| 3. Tombamento: <input type="checkbox"/> SDM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO | | |
| 3.1. Nível: | <input type="checkbox"/> 3.1. Federal <input type="checkbox"/> 3.2. Estadual <input type="checkbox"/> Munic. | |
| 4. Uso atual: descrição (por setores): | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> 4.1. Residencial | | |
| <input type="checkbox"/> 4.2. Comercial | | |
| <input type="checkbox"/> 4.3. Industrial | | |
| <input type="checkbox"/> 4.4. Serviços privados | | |
| <input type="checkbox"/> 4.5. Institucional | | |
| <input type="checkbox"/> 4.6. Misto (especificar) | | |
| <input type="checkbox"/> 4.7. Fechado/Sem uso | | |
| <input type="checkbox"/> 4.8. Área livre | | |
| 5. Estado de conservação: | | |
| <input type="checkbox"/> 5.1. Ótimo | <input checked="" type="checkbox"/> 5.2. Bom | <input type="checkbox"/> 5.3. Regular |
| <input type="checkbox"/> 5.4. Precário | <input type="checkbox"/> 5.5. Ruína | |
| 6. Preservação (Fachada): | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> 6.1. Preservada | <input type="checkbox"/> 6.2. Modificada | <input type="checkbox"/> 6.3. Demolidas |
| 7. Número de pavimentos: 2 | | |
| 8. Filiação Estilística (Período): | | |
| <input type="checkbox"/> 8.1. Colonial | <input type="checkbox"/> 8.2. Eclético | |
| <input type="checkbox"/> 8.3. Protomodernista/serifado | <input type="checkbox"/> 8.4. Modernista | |
| <input type="checkbox"/> 8.5. Recentista/contemporâneo | <input checked="" type="checkbox"/> 8.6. Outros | |
| <input type="checkbox"/> 8.7. Híbrido (discriminar 1º, 4º, 5º, etc) | Modernista Militar | |
| 9. Coberta: | | |
| 9.1. Nº de águas: | 6. Ob: <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO | |
| 9.2. Flatibanda: | <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO | |
| 10. Volume: | | |
| <input type="checkbox"/> 10.1. Único | <input checked="" type="checkbox"/> 10.2. Mais de um (discriminar quantos) 2 | |
| 11. Implantação no lote | | |
| 11.1. q. recuo | <input checked="" type="checkbox"/> 11.1.1. Frente <input type="checkbox"/> 11.1.2. Lateral <input checked="" type="checkbox"/> 11.1.3. Fundo | |
| 11.2. alveios | <input type="checkbox"/> 11.2.1. Orenada com elementos comuns (especificar) <input type="checkbox"/> 11.2.2. Orenada sem elementos comuns | |
| 12. Descrição dos elementos de fachada: (Simetria/assimetria; Adornos/Corijas/Marcapas dos pavos/losquadrado/coradrasa, etc.) Assimetria, terraço, elementos geométricos | | |
| 13. Contextualização da edificação com o exterior (ruas principais) | | |
| <input checked="" type="checkbox"/> 13.1. Casa térrea ou sobrado | <input type="checkbox"/> 13.2. casa de vila | <input type="checkbox"/> 13.3. multipiso |
| <input type="checkbox"/> 13.3. Loja/serviço isolada | <input type="checkbox"/> 13.4. loja/serviço em edificação mista | |
| 14. Foto da edificação | | |
|  | | |

Figura 5. Ficha de catalogação das edificações.

Fonte: Produzido pelas autoras e autor a partir de dados e fotos da equipe (Barbalho, et al. 2016). 2017.

Observa-se que há uma concentração de edificações vernaculares (ecléticas e protomodernas) na porção leste do bairro, nas proximidades da igreja e do cemitério do Alecrim. Na porção sudoeste há um destaque para a vila militar ali existente, que foi construída como apoio às atividades da base militar implantada no bairro durante a Segunda Guerra Mundial (Figura 6).

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

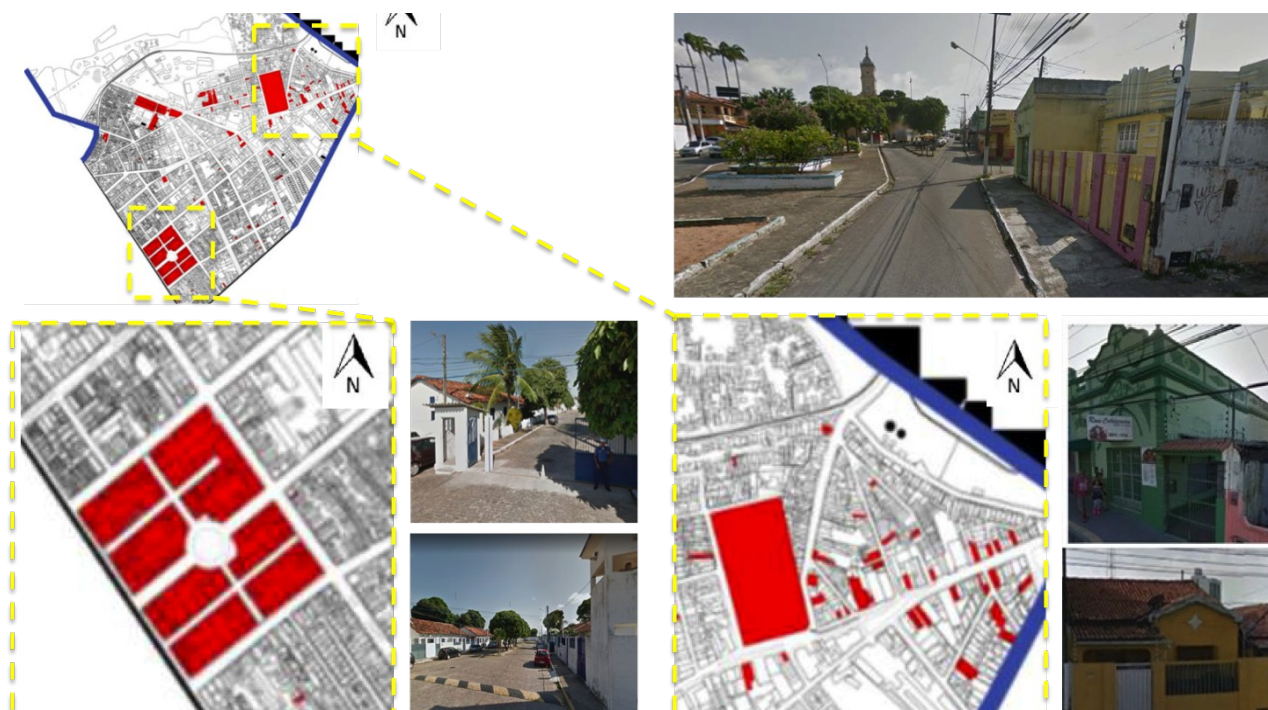


Figura 6. Concentração de edificações vernaculares inventariadas (leste e sudoeste).

Fonte: Produzido pelas autoras e autor a partir de dados e fotos da equipe (Barbalho, Ana Carolina et al, 2016). 2017.

A partir do relatório síntese, foi organizado um workshop que teve duração de 10 dias, e se configurou como a segunda etapa do trabalho acadêmico, tendo como objetivo promover a troca das informações produzidas pelas equipes, e uma discussão sobre os primeiros enunciados e diretrizes de intervenção para o bairro nas diferentes dimensões estudadas, incluindo propostas para as edificações inventariadas e respectivo conceito norteador. O evento teve a participação de um professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), José de Souza Brandão (Zeca Brandão), e o envolvimento por meio de um debate de alguns segmentos sociais e institucionais envolvidos com o tema e o bairro, sendo: um representante da Prefeitura de Natal, um representante da Associação dos Comerciantes do Alecrim, um historiador, alunos e professores e ouvintes. Nessa etapa, também foram exibidos filmes sobre o bairro e foram feitas novas visitas de campo com a participação do professor convidado e outros interessados.

As propostas para as edificações se consolidaram no que a equipe denominou “Plano de Proteção Patrimonial para o bairro do Alecrim”, que foram objeto de detalhamento durante a terceira etapa das atividades do semestre que se fundamentaram no conceito “Revive: história, memória e preservação” (Figura 7). As demais equipes fizeram propostas de intervenção urbanísticas em diferentes frações do bairro, articulando os respectivos conceitos e estratégias com os estabelecidos no Plano de Proteção.

O Plano contém, além do inventário, estratégias e instrumentos de implementação do Projeto Revive, que incluem diretrizes tanto de proteção para o conjunto edificado inventariado, como de intervenções urbanísticas para a fração delimitada com o objeto de proteção e para a implementação de um corredor cultural que valorize as edificações realçadas.

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017



Figura 7. Plano de Proteção Patrimonial para o Alecrim e Manual Corredor Cultural do Bairro do Alecrim
Fonte: Produzido pelas autoras e autor a partir de dados e fotos da equipe (Barbalho, Ana Carolina et al, 2016. 2017).

Para a definição dessas estratégias, as oitenta edificações foram classificadas em tipos, sendo realçados, a modo de exercício, os três critérios referidos no método: a filiação estilística, o estado de conservação e o grau de preservação. Os resultados permitiram a indicação de estratégias e níveis de intervenção nessas edificações que foram agrupadas em três categorias: “preservar”, “restaurar fachada”, “restaurar fachada e inserir um reuso”, “Sinalizar e identificar todas as edificações”. (Barbalho et al, 2016).

Na categoria “preservar”, foram agrupadas “as edificações que apresentam os aspectos arquitetônicos ornamentais e artísticos e suas fachadas e telhados relativamente intactos e em bom estado de conservação”; A categoria “restaurar fachada” foi aplicada aos “edifícios que apresentam seus elementos de fachada degradados e necessitam de um restauro”; a “restaurar fachada e inserir um reuso” foi indicada para “as edificações desapropriadas, ou, em estado descaracterizado que necessitam de um resgate de suas características arquitetônicas”. Para todas as categorias foi ainda indicada a sinalização “com placas do projeto Revive”, além de um manual contendo orientações aos proprietários dos edifícios localizados no corredor cultural, contendo: “o conceito do Projeto e do corredor cultural; os envolvidos; os mecanismos para identificar a edificação no projeto e respectivos níveis de intervenção; orientações para sinalização e uso de cores”. Vale ressaltar, mais uma vez, que a grande maioria das edificações constantes do Plano de Proteção é constituída de construções vernaculares que dão caráter e identidade ao bairro de origem operária.

Os Bairros Tirol e Petrópolis e a área do Plano “Cidade Nova”

Os bairros do Tirol e Petrópolis têm origem na primeira ação intencional de expansão da cidade, desenhada no início do século XX e denominada “Plano da Cidade Nova” (terceiro bairro da cidade), cuja autoria se atribui ao agrimensor Antônio Polidrelli (FERREIRA et al, 2008). Este Plano induziu a ocupação do solo na direção leste, entre os bairros da Cidade Alta e Ribeira e Parque Estadual das Dunas, completando a coroa de expansão da cidade marcada pelos atuais

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

bairros Rocas (Norte) e Alecrim (Sul). A relevância histórica e o respectivo valor patrimonial da área do Plano se identifica, por um lado, em seu traçado xadrez e vias largas, e de outro, pela significativa presença de edificações de valor patrimonial, ameaçadas de demolição, considerando a forte pressão imobiliária incidente sobre estes territórios. Essa pressão imobiliária também tem a sua gênese na ideia da criação e desenho do Plano da Cidade Nova que, segundo Santos (2001) e Ferreira et al (2008, p.63) representou “os primórdios da segregação e elitização espacial da cidade.”

De fato, diferente dos atuais bairros das Rocas e do Alecrim que abrigavam pescadores e comerciantes, respectivamente, o bairro da Cidade Nova, criado sobre um território de ocupação rarefeita e de grandes propriedades (chácaras e sítios) da elite, que estavam sob pressão de ocupação informal, também foi gradativamente sendo transformado em um bairro elitizado, embora com outro padrão tipológico. Ressalta-se, ainda, que apesar do aparecimento e ocupação tardia em relação aos outros dois, este bairro foi logo reconhecido como tal, sendo identificado como o terceiro, constituindo-se mais tarde, parte integrante dos atuais bairros de Tirol e Petrópolis¹⁴. Ressalte-se ainda, que para estimular a ocupação e a valorização, ao longo das primeiras décadas do século XX, também foram construídos no bairro diversos equipamentos institucionais, como escolas e hospitais, entre outros.

Apesar dos estímulos referidos, a ocupação do bairro se deu forma lenta, principalmente até meados as décadas de 1930 e 1940, quando veio a tomar impulso com a instalação de diversas infraestruturas militares (quarteis e vilas), que também determinaram a consolidação de alguns dos eixos viários mais importantes da cidade (Avenidas Hermes da Fonseca e Prudente de Moraes – eixo norte-sul –, e Ruas Mossoró Jundiá e Apodi – eixo oeste-leste). É nesse contexto que se evidencia a presença de edificações residenciais de valor patrimonial na fração antes definida como Plano da Cidade Nova e entorno, com prevalência dos tipos protomodernas e modernas e, a exemplo do Alecrim, de vestígios de edificações ecléticas, além da preservação integral do seu traçado, com vias largas e canteiros centrais, que também se mantêm em bom estado de conservação, alguns com árvores centenárias.

A partir da segunda metade da década do século XX, tem início um processo de transformação no bairro, com alterações na sua dinâmica econômica, se constituindo em localizações preferenciais de atividades de serviço (saúde e lazer) e comércio de alto padrão. Atualmente, essas atividades se ampliaram e convivem com outra tendência marcante do bairro, dada pela presença de edifícios residenciais multifamiliares ou de uso misto, também de alto padrão construtivo, consolidando uma tendência de verticalização e numa direção, com crescimento populacional suave e contínuo¹⁵ (Figura 8).

¹⁴ Os dois bairros foram oficializados em 1947 pelo então governador Sylvio Pedroza (Semurb, 2016).

¹⁵ Diferente do Alecrim, entre 2000 e 2010 a população do Tirol cresceu de 14.799 para 16.198 habitantes enquanto que a de Petrópolis cresceu de 5.105 para 5.521 habitantes. A estimativa para o ano de 2016, mantém o ritmo de crescimento com uma previsão de 17.011 e 5.816 respectivamente, e uma taxa de crescimento nos dois bairros de 0,87, entre 2000 e 2016. Dados da Semurb (2016) com base em IBGE (2000 e 2010) e Estimativa da população para os municípios (IBGE, 2016).

A instalação conjunta dessas atividades, que expressam os interesses do mercado imobiliário na produção do espaço, denunciam a pressão sobre as edificações de valor patrimonial existentes, o que tem resultado no seu desaparecimento ou em alterações nas suas características formais, exigindo ações reflexivas e propositivas como as aqui apresentadas e realizadas no âmbito das atividades acadêmicas.



Figura 8. Localização dos bairros do Tirol e Petrópolis na cidade e Plano da Cidade Nova. Produzido pelas autoras e autor a partir de base da SEMURB, 2017, e FERREIRA et al, 2008.

As atividades da disciplina nos bairros do Tirol e Petrópolis também foram realizadas em três etapas no segundo semestre de 2010¹⁶. Embora o conjunto das atividades tenha sido realizado de forma similar ao do Alecrim em seus objetivos e produtos, a segunda unidade desse semestre foi diferenciada tendo em vista que as atividades de definição das propostas foram realizadas de forma diluída durante os 40 dias de duração dessa etapa, e não na forma concentrada de um workshop. Entretanto, igualmente ao exercício do Alecrim, a terceira etapa também resultou no desenvolvimento das propostas, incluindo o Plano de Proteção do Patrimônio para perímetro antes delimitado como Plano da Cidade Nova¹⁷.

¹⁶Está em andamento um novo levantamento nos dois bairros, que deverá ser concluído no final do semestre letivo (17.2), que será incorporado ao estudo comparativo sobre o grau de desaparecimento dessas edificações em curso.

¹⁷Na realização desta atividade as disciplinas eram ministradas de forma independente (Projeto Urbano e Projeto Arquitetônico), mas integravam na definição das propostas, incluindo as relativas ao Plano de Proteção.

O levantamento e a sistematização dos dados empíricos também foram feitos de forma similar, sendo realizadas três visitas de campo e atividades de atelier tendo como resultado um relatório síntese que incluiu, entre outras discussões, as relativas às características do tecido urbano, com destaque para os espaços públicos e privados, livres e edificados, e neste último, a partir da aplicação da ficha de inventário, sobre as edificações de valor patrimonial, com destaque para as vernaculares.

A realização do inventário e, portanto, a classificação e análise do tecido edificado ficaram, no primeiro momento do levantamento, sob a responsabilidade de todas as equipes (04), que também se dividiram para analisar e fazer proposições sobre as demais dimensões urbanas. No levantamento foram catalogadas 187 edificações, em fichas individuais, as quais foram posteriormente sistematizadas, resultando na produção de gráficos, mapas e textos analíticos, relacionando as características do tecido edificado com as demais dimensões estudadas, especialmente o traçado e o parcelamento, e também com as referências sobre a evolução do crescimento do bairro (Figura 9).



Figura 9. Edificações inventariadas no bairro de Tirol e Petrópolis e ficha resumida.
Fonte: MEDEIROS, Ana Luisa et al, 2010.

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

Com base no relatório síntese foram realizados diversos exercícios e discussões em sala de aula com o objetivo de promover a troca das informações produzidas pelas equipes, assim como discussões sobre os primeiros enunciados e diretrizes de intervenção para o bairro nas diferentes dimensões estudadas, incluindo a redefinição das equipes, sendo uma delas selecionada para a sistematização e classificação do conjunto das edificações inventariadas e o posterior desenvolvimento do Plano de Proteção com respectivo conceito norteador.

As propostas para as edificações se consolidaram no que a equipe denominou “Guia do Patrimônio Histórico Natal – Tirol/Petrópolis”, que foi objeto de detalhamento durante a terceira etapa das atividades do semestre. As demais equipes fizeram propostas de intervenção urbana em diferentes frações do bairro, articulando os respectivos conceitos e estratégias com os estabelecidos no Plano de Proteção.

O Guia de Proteção também é acompanhado de uma cartilha informativa ilustrada, com “linguagem simples”, com o objetivo de despertar na população o interesse pelo patrimônio, destacando o que preservar e orientações sobre a forma de mantê-lo preservado e uma proposta de corredor cultural envolvendo as áreas de maior concentração de edificações de valor patrimonial (Figura 10).

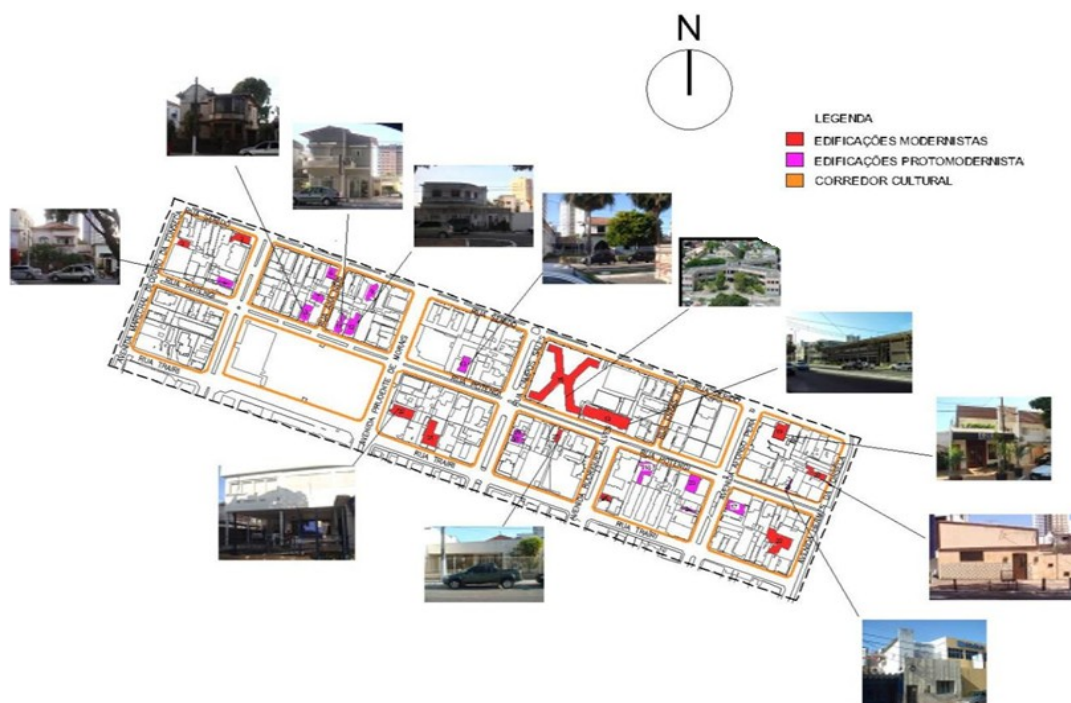


Figura 10. Corredor Cultural do Guia do **GUIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO Natal - Tirol/Petrópolis**,
Fonte: Formiga, Rafael et al.

Ceará Mirim – patrimônio urbano e memória

O mesmo esforço de identificação do patrimônio edificado foi desenvolvido no município de Ceará Mirim, que integra a Região Metropolitana de Natal, e se localiza na porção Norte do estado do RN. Sua ocupação remonta ao século XVI, mas só foi intensificada nos séculos XVIII e, principalmente XIX, com expansão da produção açucareira. Em razão dessa atividade e do papel que desempenhou no estado, inclusive pela influência política e econômica dos senhores de engenhos, o município reúne um conjunto arquitetônico singular na zona rural e um casario localizado, principalmente, no centro da cidade.

Parte expressiva desse casario, constituído por edifícios populares e também modestos, distribuídos por todo centro, ainda guarda vestígios de diferentes filiações estilísticas, principalmente eclética e protomoderna¹⁸ e desenharam um conjunto edificado que, junto com outros edifícios singulares tombados em âmbito estadual como o mercado municipal e o Solar Antunes (sede da Prefeitura), conta a história de um tempo na sua arquitetura e no traçado urbano que os envolve. Além disso, também dividem o espaço com um comércio ativo, de abrangência regional, considerando o papel econômico desempenhado pela feira semanal, referência cultural do RN. Nesse sentido, cabe destacar, que apesar do abandono e da pouca efetividade dos regramentos ou de outras tímidas estratégias de proteção, o município tem demonstrado uma preocupação, tendo delimitado em seu atual Plano Diretor uma poligonal da Zona de Interesse Histórico (ZIH), que envolve grande parte do bairro centro e que foi realçada quase em sua totalidade pelo Plano de Proteção, que resultou da atividade acadêmica ora discutida (Figura 11).



Figura 11 – Localização centro histórico Ceará-Mirim

Fonte: Produzido pelas autoras e autor a partir de base da SEMURB, 2017. Fotos: Google Earth. 2017.

¹⁸ Apesar da importância dos engenhos e dos bens isolados localizados nos seus respectivos entornos, apenas um deles tem reconhecimento como bem de valor patrimonial, Engenho Guaporé que, ainda assim, se encontra em processo de arruinamento.

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

Tratando dos engenhos, que não serão objeto de discussão no trabalho, seus conjuntos arquitetônicos, que incluem as casas de senhores de engenho e outras edificações localizadas nos seus respectivos entornos, encontram-se em estado de abandono, sem reconhecimento como bem de valor. Até mesmo, o Engenho Guaporé, que integra a lista dos bens tombados pelo estado do RN e que já foi objeto de ação de restauro e abrigo de um museu, se encontra em processo de abandono e arruinamento.

As atividades da disciplina no município foram realizadas em três etapas no primeiro semestre de 2017¹⁹. Neste caso, considerando as necessidades de deslocamento, os levantamentos foram realizados de forma concentrada em três visitas seguidas, para posterior análise dos dados primários e secundários, enquanto que as demais etapas transcorreram de forma similar às demais. Houve ainda, um quarto momento, de apresentação dos trabalhos à comunidade, após a conclusão das propostas, incluindo o Plano de Proteção.

Como as atividades envolveram estudos sobre as áreas rural e urbana, dois dos cinco grupos ficaram com a responsabilidade de realização do inventário no centro da cidade, no polígono delimitado previamente. No levantamento foram catalogadas 115 edificações, em fichas individuais, as quais foram posteriormente sistematizadas, resultando na produção de gráficos, mapas e textos analíticos, relacionando as características do tecido edificado com as demais dimensões estudadas, especialmente o traçado e o parcelamento assim como, as referências com a evolução do crescimento do bairro (Figura xx). A pesquisa revelou que dessas a maioria é do tipo protomodernas (53), seguidas de ecléticas (43), com algumas modernas e híbridas, em menor número (8 e 11 casos, respectivamente) (Figura 12).

¹⁹Os dados de exercício também serão inseridos nos estudos comparativo sobre o grau de desaparecimento dessas edificações, a partir de levantamentos realizados no município em outros momentos (2007 e 2013).

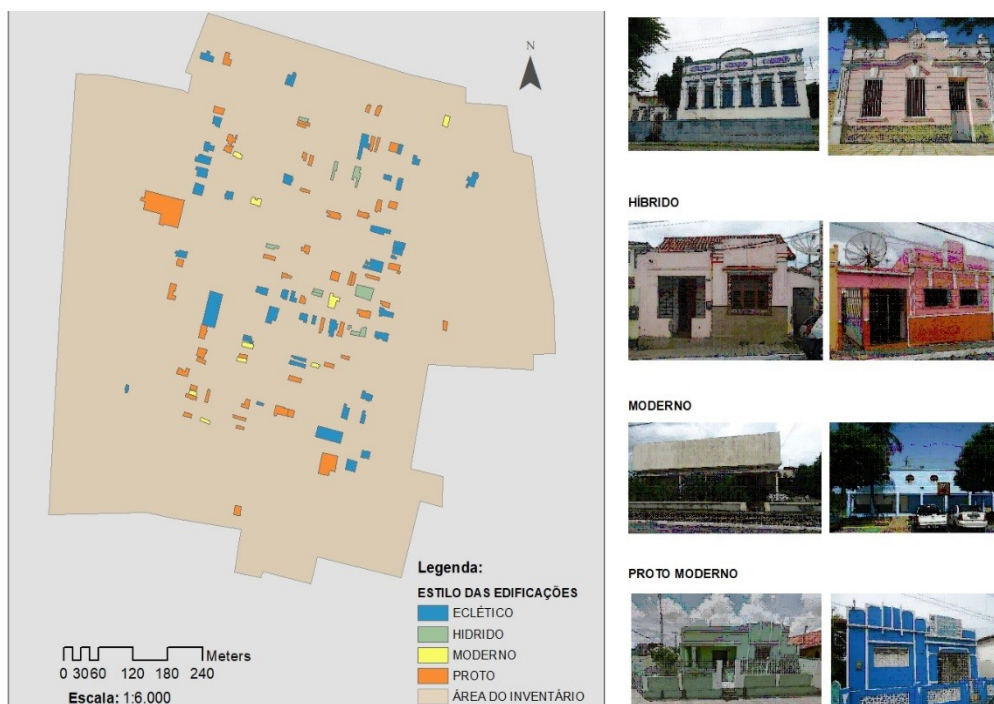


Figura 12. Edificações inventariadas no centro histórico de Ceará-Mirim

Fonte: Assis et al. 2017.

Com base no relatório síntese foram realizados diversos exercícios e feitas discussões em sala de aula com o objetivo de promover a troca das informações produzidas pelas equipes, assim como foram debatidas também as diretrizes de intervenção para o município nas duas frações estudadas, rural e urbana, incluindo a redefinição das equipes, sendo uma delas selecionada para a sistematização e classificação do conjunto das edificações inventariadas e o posterior desenvolvimento do Plano de Proteção para a zona urbana²⁰.

Na classificação das edificações inventariadas, a partir do cruzamento da filiação estilística com o estado de conservação e grau de preservação, foram identificados 17 tipos de edifícios, os quais fundamentaram a elaboração de um Plano de Proteção denominado de “Pertenc Ceará Mirim”, que foi objeto de detalhamento durante a terceira etapa das atividades do semestre e contemplou a indicação de estratégias e níveis de intervenção nessas edificações que foram agrupadas em três categorias: “preservar”, “restaurar fachada”, “restaurar + reuso”. Para cada uma delas o Plano, observando fundamentos similares aos aplicados para os bairros do Tirol e Petrópolis estabeleceu diversas condições para a sua aplicação (Figura 13). Para a categoria “preservar”, por exemplo, indicou-se que o proprietário ou morador “deve tomar medidas apenas no sentido de manter o bom estado de conservação e preservação atual, sem inserir alterações”; (Assis, et al, 2017)²¹.

²⁰ Entre as três equipes que se dedicaram ao estudo da zona rural, dos engenhos, uma delas ficou responsável pelo desenvolvimento de um circuito que envolvesse o conjunto dos engenhos ainda existentes no município.

²¹ As demais equipes fizeram propostas de intervenção urbana em diferentes frações do município, articulando os respectivos conceitos e estratégias com os estabelecidos no Plano de Proteção.

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

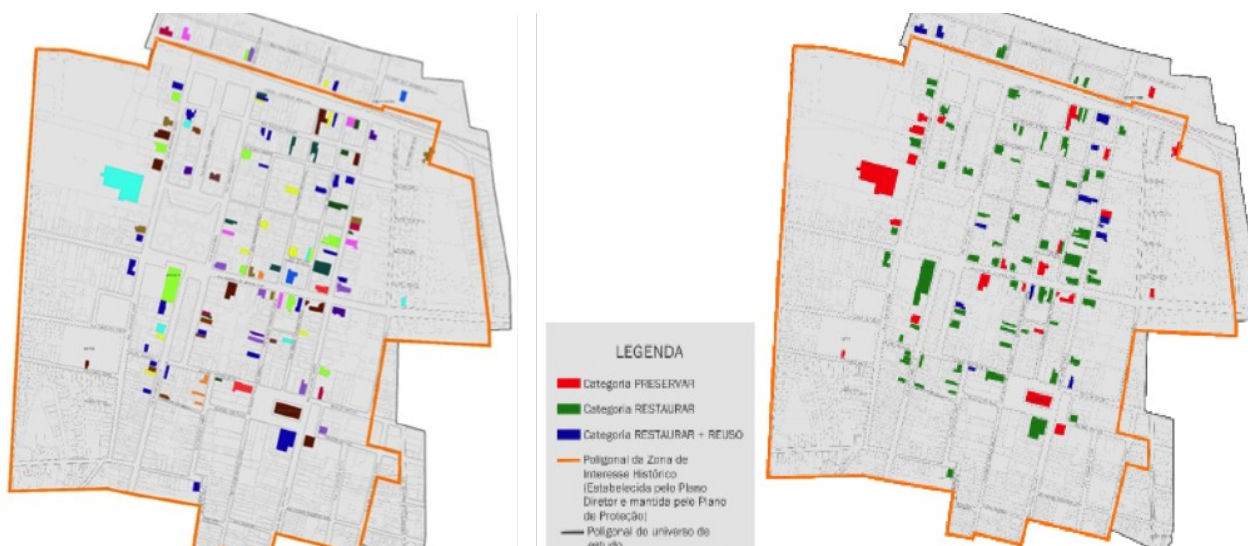


Figura 13. Tipos e Níveis de Proteção
Fonte: Assis et al. 2017.

Para todas as categorias de proteção foi ainda indicada a sinalização com placas do projeto “Pertencará Mirim”, além de um manual contendo orientações aos proprietários dos edifícios localizados no corredor cultural, contendo: “o conceito do Projeto e do corredor cultural; os mecanismos para identificar a edificação no projeto e respectivos níveis de intervenção; orientações para sinalização e uso de cores”. Este Plano também incluiu uma proposta de circuito cultural, cujo percurso foi definido a partir dos agrupamentos da localização dessas edificações no território e zoneamento por cores conforme sinalização (Figura 14). Ambas as propostas foram inseridas em um site, que foi disponibilizado a comunidade, com orientações para conhecimento do seu patrimônio e das estratégias de proteção.



CEARÁ MIRIM
Proj. Integrado 05
Docentes: Maise; Ruth, Francisco Jr., Bianca, Eunádia, Paulo Heider

FICHA Nº: 21

1. Localização: R. Jorge F. de Câmara, 178

2. Nº de pavimentos:

| | | |
|---|--|---|
| 3. Uso atual | 4. Estado de Conservação | 6. Filiação Estilística |
| <input type="checkbox"/> Residencial | <input checked="" type="checkbox"/> Bem conservada | <input type="checkbox"/> Colonial |
| <input type="checkbox"/> Comercial | <input type="checkbox"/> Pouco conservada | <input checked="" type="checkbox"/> Eclético |
| <input type="checkbox"/> Industrial | <input type="checkbox"/> Mal conservada | <input type="checkbox"/> Protomodernista/Art déco |
| <input type="checkbox"/> Serviços Privados | <input type="checkbox"/> Ruína | <input type="checkbox"/> Modernista |
| <input checked="" type="checkbox"/> Institucional | 5. Preservação (fachada) | <input type="checkbox"/> Recente/Contemporâneo |
| <input type="checkbox"/> Fechado/Sem uso | <input checked="" type="checkbox"/> Preservado | <input type="checkbox"/> Híbrido (especificar): |
| <input type="checkbox"/> Área livre | <input type="checkbox"/> Modificado | <input type="checkbox"/> Outro (especificar): |
| <input type="checkbox"/> Misto (especificar): | <input type="checkbox"/> Descaracterizado | |
| 7. Implantação no Lote | 8. Descrição da fachada | |
| <input type="checkbox"/> Recuo Frontal | <input type="checkbox"/> Bico de endorinha | <input type="checkbox"/> Platibanda recortada |
| <input checked="" type="checkbox"/> Recuo Lateral | <input checked="" type="checkbox"/> Cornija | <input checked="" type="checkbox"/> Frisos |
| <input checked="" type="checkbox"/> Recuo Posterior | <input type="checkbox"/> Balaustre | <input checked="" type="checkbox"/> Cercadura |
| <input type="checkbox"/> Geminação com elementos comuns | <input type="checkbox"/> Capitéis | <input checked="" type="checkbox"/> Outros (especificar): platibanda retilínea. |
| <input type="checkbox"/> Geminação sem elementos | <input type="checkbox"/> Ornamentos florais | |

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

Figura 14. Corredor Cultural
Fonte: Assis et al. 2017.

CONCLUSÕES

A experiência didática aqui apresentada e exemplificada a partir de três estudos aplicados no estado do Rio Grande do Norte é indicadora de um esforço acadêmico de valorização da arquitetura vernacular de cidades de médio e pequeno porte do Nordeste brasileiro, a partir de seu registro e estudo com parte importante do patrimônio cultural edificado e da própria memória dessas cidades. A compreensão desses aspectos é fundamental para validação da inclusão dos edifícios tidos como “vulgares” nos planos de proteção, exigindo o reconhecimento de seu valor, não por sua excepcionalidade, como no caso de obras icônicas/monumentos em processo de degradação ou arruinamento (base fundadora das políticas preservacionistas), mas pelo seu contrário, ou, como dissemos, pela força de sua repetição, tornando-os elementos remarcáveis nas paisagens urbanas ou rurais.

A sensibilização dos estudantes, futuros arquitetos urbanistas, sobre o valor desse patrimônio local é um dos principais objetivos do Curso de Arquitetura UFRN, especialmente dos professores do Projeto Integrado V. Destaca-se, assim, a importância do registro desse patrimônio. Após diversas experiências na disciplina, realizadas desde 1999, o CAU/UFRN possui hoje um relevante acervo, catalogado e analisado, desses exemplares de patrimônio construído vernacular, que poderá embasar propostas de normativas de proteção, requalificação e reutilização do patrimônio edificado e natural.

Além de um Plano de Proteção para o tecido edificado fundamentado nos inventários, os produtos da disciplina também incluem, nas diferentes escalas, a elaboração de cartilhas, planos e projetos de intervenção nos espaços públicos e privados, com destaque para projetos de reuso em alguns espaços e edificados que foram classificados como de valor patrimonial e selecionados durante na fase dos levantamentos de campo e debates conceituais correspondentes, que são concebidos com vistas a orientar políticas para os sítios e edificações estudadas. Entretanto, o esforço de junção desse material em um banco de dados, ou algum outro tipo de repositório digital, a ser compartilhado fora da universidade, ainda será objeto de ação futura.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE JUNIOR, N. Ampliações do conceito de patrimônio edificado no Brasil. In: Gomes, M. A.; Corrêa, E. (org.). *Reconceituações contemporâneas do Patrimônio*. Coleção ArquiMemória. Salvador: EDUFBA, 2011.

Barbalho et al. *Plano de Proteção Patrimonial para o Alecrim e Manual Corredor Cultural do Bairro do Alecrim*. Natal: Trabalho de graduação do 7º período do Curso de Arquitetura e Urbanismo – CAU/UFRN, 2012.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

ENCONTRO INTERNACIONAL

ARQUI MEMÓRIA 5

SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Salvador · Bahia · Brasil, de 27/11 à 01/12 de 2017

CRUZ, L. H. *Os caminhos do açúcar no Rio Grande do Norte: o papel dos engenhos na formação território potiguar*. 2015. 312f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

DE GRACIA, F. *Construir en lo construído – la arquitectura como modificación*. Madrid: NEREA, 1992.

FERREIRA, A. L. A. et al. *Uma Cidade Sã e Bela: a trajetória do Saneamento de Natal entre 1850 e 1969*. Natal: IAB / RN; CREA / RN, 2008.

FORMIGA, R. et al. *Projeto de um Corredor Cultural no Bairro de Petrópolis e Intervenção na Praça Cívica*. Natal: Trabalho desenvolvido no âmbito do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN, 7º período, CAU/UFRN, 2010.

GUIMARAENS, D., CAVALCANTI, L. *Arquitetura kitsch suburbana e rural*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1979.

Medeiros, Ana Luisa et al. *GUIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO Natal – Tirol/Petrópolis*. Natal: CAU/UFRN, 2010.

NATAL. Prefeitura Municipal de. *Lei nº 4.069 /1992 – Dispõe sobre a Zona Especial Portuária [ZEP]*. NATAL: IPLANAT / DOMNatal, 1992.

NATAL. Prefeitura Municipal de. *Lei nº 3.942 /1990 – Dispõe sobre a Zona Especial de Preservação Histórica – ZEPH*. NATAL: IPLANAT / DOMNatal, 1990.

NATAL, Prefeitura Municipal do. *Lei 3.175/84. Dispõe sobre o Plano Diretor de organização Físico-teritorial de Natal*. Natal: Diário oficial do Município [DOMNatal], 1984.

OLIVEIRA, A., MONIOS, M. Transgressão da Arquitetura Popular. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5954>. *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 189.04, Vitruvius, fev. 2016. Acesso em 31 de agosto de 2017.

PANERAI, P. *Análise Urbana*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

PEREIRA, H. Tendências contemporâneas na teoria da restauração. In: Gomes, M. A., Corrêa, E. (org.). *Reconceituações contemporâneas do Patrimônio*. Coleção ArquiMemória. Salvador: EDUFBA, 2011.

RODRIGUES, F. *Forma, imagem e significado em estruturas urbanas centrais*. Centro da cidade de Niterói. Projeto de Reestruturação Urbana. EdUFF / ProEditores, 2005.

SALVIANO, D. et al (Org.). *ANUÁRIO NATAL 2016*. Natal: SEMURB, 2016.

SANTOS, P. A. de L. *Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano*. Natal: Editora da UFRN, 2001.

TEIXEIRA, R. B. Arquitetura vernacular. Em busca de uma definição. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 201.01, Vitruvius, fev. 2017. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.201/6431>. Acesso em 06 de junho de 2017.

UFRN. *Análise Físico Ambiental do bairro do Alecrim e inventário das edificações de interesse patrimonial*. Natal: Trabalho de graduação do 7º período do Curso de Arquitetura e Urbanismo, 2016.

UFRN/FUNPEC. Plano de Reabilitação do Bairro da Ribeira-PRAC/Ribeira. Natal: UFRN, 2005.